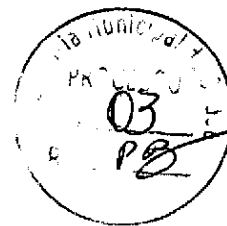




ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM  
O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ,  
**O ESTADO DO CEARÁ E O MUNICÍPIO DE  
FORTALEZA-CE**, PARA OS FINS QUE NELE SE  
DECLARAM (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº  
8500016-02.2017.8.06.0491).

CV N.º 191/2017

Pelo presente instrumento particular, as partes, **O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, inscrito no CNPJ nº 09.444.530/0001-01, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Cambéba, Fortaleza-CE, doravante denominado **TJ/CE**, neste ato representado por seu Presidente, Des. Francisco Gladysson Pontes, **O ESTADO DO CEARÁ**, através da **SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ**, inscrita no CNPJ nº 07.954.571/0001-04, sediada à Avenida Almirante Barroso, nº 600, Praia de Iracema, Fortaleza/CE, doravante denominada **SESAP/CE**, neste ato representada pelo seu Secretário de Estado de Saúde do Ceará, Dr. Henrique Jorge Javi de Sousa, e o **MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrita no CNPJ nº 04.885.197/0001-44, sediada à Rua do Rosário, nº 283, Centro, doravante denominada **SMS/CE**, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde de Fortaleza, Dra. Joana Angélica Paiva Maciel, **celebram o presente CONVÊNIO, mediante as cláusulas e condições seguintes:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

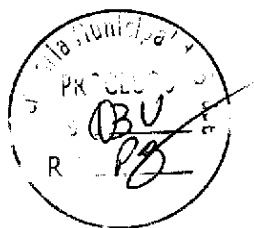
1.1. O presente CONVÊNIO tem por objeto a cooperação mútua na prestação de informações pela Central Integrada de Regulação para auxiliar Magistrados nas ações Judiciais envolvendo leitos na Unidade de Tratamento Intensivo- UTI.

1.2. As informações prestadas pela Central Integrada de Regulação deverão responder às seguintes indagações:

- a) Qual o grau de monitoramento intensivo que o paciente/jurisdicionado necessita, com base nas cinco prioridades definidas no artigo 6º da Resolução nº 2156 de 28/10/2016 do Conselho Federal de Medicina;
- b) Existência de doenças crônicas no paciente/jurisdicionado;

CV N.º 191/2017

Indagélia Ribeiro Cunha  
OAB/CE 1.634  
Coordenadora Jurídica  
COJUR/SMS



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- c) Qualidade de vida do paciente após submissão ao tratamento na Unidade de Tratamento Intensivo- UTI;
- d) Admissão do paciente/jurisdicionado na frente dos demais pacientes que estão na fila de espera por leito na Unidade de Tratamento Intensivo- UTI.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:**

A prestação de serviços de que trata o presente Convênio consiste na disponibilização de informações com base nas perguntas elencadas na Cláusula Primeira, conforme relatório anexado a este Convênio.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO:**

3.1 O sistema de comunicação será operacionalizado através de endereço eletrônico criado pela Central Integrada de Regulação exclusivamente para este fim, onde os Magistrados do Tribunal de Justiça acessarão por meio de seus emails funcionais.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE RESPOSTA:**

4.1 A resposta às indagações dos magistrados, deverá ser respondido no prazo máximo de 01 (uma) hora, a contar do efetivo recebimento do email.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS DEVERES DOS PROFISSIONAIS DA CENTRAL INTEGRADA DE REGULAÇÃO**

5.1 Os profissionais que formam a Central Integrada de Regulação prestarão o compromisso legal de bem e fielmente prestarem suas atividades de forma neutra e imparcial, visando apenas a solução da lide na melhor forma possível do direito à saúde.

5.2 Atender às demandas dos Magistrados de forma diligente e tempestiva fornecendo-lhe o relatório respondido.

5.3, Garantir total sigilo sobre todos os dados e informações que a equipe tenha acesso durante o desenvolvimento dos trabalhos.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS ENTES COOPERADOS:**

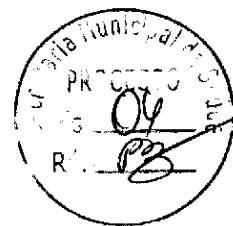
Para consecução dos objetivos deste Termo de Convênio:

Indagênia Ribeiro Cunha  
OAB/CE 11.634  
Coordenadora Jurídica  
COJUR/SMS

CV Nº 191/2017



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**



**6.1 Compete ao TJ/CE:**

6.1.1 Estimular os Magistrados a consultar a Central Integrada de Regulação, com base no formulário anexado a este Convênio.

**6.2 Competem ao ESTADO DO CEARÁ, através da Secretaria de Estado da Saúde e ao MUNICÍPIO DE FORTALEZA, através da Secretaria de Municipal de Saúde:**

6.2.1 Disponibilizar os profissionais que estarão de plantão na Central Integrada de Regulação, os quais serão postos à disponibilidade dos Magistrados para a consulta, sem prejuízo de suas funções ordinárias no órgão de origem.

6.2.2 Arcar com as despesas de pessoal, referentes aos profissionais da área de saúde que irão atuar no auxílio aos Magistrados.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

7.1 Para a execução do objeto deste Convênio não haverá transferência de recursos, de qualquer modalidade, entre os entes participantes.

**CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E DOS ADITIVOS**

8.1 O presente Termo de Convênio terá a vigência de 04 (quatro) anos a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado ou alterado, através de Termo Aditivo, desde que não haja modificação do objeto aprovado.

**CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA**

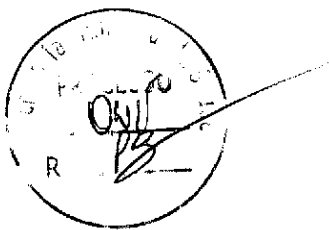
9.1 O presente Termo de Convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo, no caso de infringência de qualquer uma das cláusulas e condições nele estipuladas, mediante comunicação escrita, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias ou, ainda, a qualquer tempo, em face da superveniência de impedimento legal que o torne inexecutável.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

10.1 Os Convenientes elegem a Comarca de FORTALEZA/CE, no que couber, para dirimir os litígios decorrentes de sua execução, ressalvadas as disposições contidas na Constituição Federal e na Constituição do Estado do Ceará.

CV Nº 191/2017

Indagélia Ribeiro Cunha  
OAB/CE 11.634  
Coordenadora Jurídica  
COJUR/SMS



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**CLÁUSULA ONZE – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

a) O TJ/CE, SESAP e SMS, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da assinatura deste documento, providenciarão a competente publicação do Termo, em extrato, através de imprensa oficial respectiva de cada um dos entes.

b) O TJ/CE, SESAP e SMS providenciarão, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte da assinatura deste Termo de Convênio, o encaminhamento de cópias deste instrumento ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará e à Coordenadoria de Contabilidade Analítica de suas respectivas Secretarias.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, o presente CONVÊNIO é devidamente assinado pelas partes, em 05 (cinco) vias de igual teor.

FORTALEZA/CE, 06 de Julho de 2017.

Desembargador Presidente Francisco Gladysson Pontes  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Secretário de Estado de Saúde do Ceará  
Dr. Henrique Jorge Javi de Sousa  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ

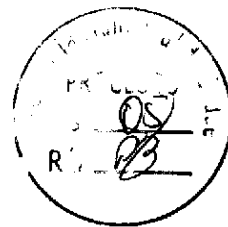
Secretária Municipal de Saúde de Fortaleza  
Dra. Joana Angélica Paiva Maciel  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TESTEMUNHAS: \_\_\_\_\_

CV Nº 191/2017



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



ANEXO I

SISTEMA DE COMUNICAÇÃO ENTRE OS MAGISTRADOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
CEARÁ E A CENTRAL INTEGRADA DE REGULAMENTAÇÃO

RELATÓRIO PADRÃO

- a) Qual o grau de monitoramento intensivo que o paciente/jurisdicionado necessita, com base nas cinco prioridades definidas no artigo 6º da Resolução nº 2156 de 28/10/2016 do Conselho Federal de Medicina?
- b) Existência de doenças crônicas no paciente/jurisdicionado?
- c) Qualidade de vida do paciente após submissão ao tratamento na Unidade de Tratamento Intensivo-UTI.
- d) Admissão do paciente/jurisdicionado na frente dos demais pacientes que estão na fila de espera por leito na Unidade de Tratamento Intensivo-UTI.